

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - DIREITO A PROTEGER, CONHECER E EXERCER A SEXUALIDADE¹

Deise Priscila Delagnolo ²

RESUMO

Se apresenta neste trabalho relato de experiência educativa em uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE, do Estado de Santa Catarina. A proposta foi elaborada a partir da observação das dificuldades de estudantes da Instituição se relacionarem com temáticas concernentes à sexualidade, de modo a elencar-se consequências para seu desenvolvimento tanto subjetivo, quanto no que concerne ao exercício de direitos à sexualidade, ao corpo e a proteção sexual. O objetivo geral do trabalho é articular as práticas desenvolvidas com discussões de autores contemporâneos no que se refere à sexualidade e pessoas com deficiência. Diante disso, serão referenciados e discutidos os seguintes temas: sexualidade e pessoas com deficiência, educação sexual e pessoas com deficiência, direito e vulnerabilidade do corpo em contato social, dentre outros. Especificamente contempla-se o diálogo das discussões dos autores com as práticas realizadas, apresentam-se os grupos educativos realizados e os resultados que as práticas permitem compor com as discussões de autores da área. Por fim, compreende-se que o desconhecimento por parte dos estudantes acerca do desenvolvimento de seus corpos, modos de convívio social com a sexualidade, reprodução, violação de direitos, podem ser amenizados através de experiências educativas atentas à inclusão das pessoas com deficiências no discurso da sexualidade, dito melhor, o direito a proteger, conhecer seus corpos e exercerem suas sexualidades por meio de uma educação que rompa com estigmas e preconceitos.

Palavras-chave: Sexualidade, Pessoas com deficiência, Conhecer, Proteger, Exercer.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta recortes de relatos de experiência realizados em uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, do estado de Santa Catarina/SC. É resultante do que se denomina de coletâneas educativas realizadas na instituição, da qual, a que se apresenta nas experiências citadas denomina-se: Papo Reto.

Tanto a escolha na nomeação dos grupos educativos, quanto o modo de manejar as temáticas, refletem a necessidade de dialogarmos e discutirmos com as pessoas com deficiências temáticas relacionadas ao exercício de suas sexualidades, desmistificando conceitos (Papo Reto) e possibilitando suas não vulnerabilizações sociais.

¹ Observa-se que este trabalho foi previamente publicado no I Congresso Internacional de Educação Inclusiva – CONEI.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau – FURB, ddelagnolo@gmail.com



O objetivo do projeto foi compartilhar saberes sobre a sexualidade humana, questões relacionadas a temas como: masturbação, abuso sexual, métodos contraceptivos, dentre outros.

A justificativa se dá por estudos apontarem que inúmeros estudantes com deficiências não possuem saberes sobre seus corpos e sexualidade, colocando-os em lugares de vulnerabilização sexual e retirando seus direitos por seus corpos e ao exercício de suas sexualidades.

Diante disto, a seguir compartilhamos discussões de pesquisadores acerca das temáticas, bem como os resultados das práticas educativas, de modo, a poder contribuir com o conhecimento científico acerca dos temas e, encorajando profissionais de distintas áreas a trabalharem com temas que *a priori* podem ser polêmicos, mas constituem-se como urgentes aos atos sociais, educativos destinados às pessoas com deficiência.

Por fim, o estudo se referencia em abordagens teóricas a analisam o estigma social (Goffmann, 2004), a construção discursiva da sexualidade (Riberio e Maia, 2010), de modo a problematizar como sociedade, escolas e famílias podem contribuir para a exclusão das pessoas com deficiências.

METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho contempla um relato de experiência com revisões de literatura acerca das temáticas que envolvem os temas elencados nos grupos educativos compartilhados no resumo que se apresenta. Foram realizadas pesquisas no Portal de Periódicos da CAPES, no Google Acadêmico, envolvendo os seguintes descritores: Pessoas com deficiência sexualidade; Estigma e Preconceito; Masturbação e Pessoas com deficiência, abuso sexual e pessoa com deficiência.

Ao final da leitura e análise dos materiais, foram relacionados os estudos dos artigos com os achados das práticas educativas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gesser e Nuernberg (2014) nos mostram que questões relacionadas à sexualidade das pessoas deficiência culminam em estigmas e isolamentos sociais. Para os autores há uma marcação social que as pessoas com deficiência seriam assexuadas e que o exercício da sexualidade seria lhes negado pela via de um discursividade que gera a violação de



[...] é necessário se contrapor ao pressuposto da normalidade funcional no momento de avaliar a questão da sexualidade na deficiência. Não se trata, contudo, de simplesmente relativizar a vivência erótica e sexual por meio de uma visão ingênua e otimista que nega os impedimentos reais e aponta de modo vazio para a diversidade das formas de vida sexual e reprodutiva. Mais do que isso, o que se quer é afirmar o potencial que a experiência da deficiência oferece para a redefinição da sexualidade e do erotismo (Gesser; Nuernberg, 2014, p. 860).

Ribeiro e Maia (2010) discutem que a sexualidade é uma construção discursiva, dito de outra maneira, os modos como se exprime a sexualidade se modificam a longo de diferentes formações discursivas, estando relacionada não apenas ao sexo, mas distintas formas de manifestação da sexualidade, desde o uso dos prazeres corporais, até a normalidade reprodutiva do sexo.

Contudo, para os autores, a sexualidade das pessoas com deficiência é tratada como estigma, revelando compreensões sociais de que esses sujeitos seriam assexuados, hiper sexuados, com desejos incontroláveis e/ou exacerbados, seriam pouco atraentes, dentre outros, Ribeiro e Maia (2010).

[...] é preciso analisar a falta de informações sobre sexualidade por parte das pessoas com deficiência intelectual, isso porque elas não foram instigadas a pensar sobre a sua própria sexualidade, ficando reféns da imagem preconceituosa que a sociedade tanto atribui a tais pessoas. Dessa forma, ora elas são considerados como anjos destacando uma concepção de coitados, e ora elas são considerados como feras pelo fato de não possuírem um comportamento correspondente aos padrões de normalidade no cerne de nossa sociedade (Souza et al., 2017, p. 2179).

Os mesmos autores problematizam a construção social do estigma, no qual, se normaliza a vida das pessoas sob uma noção de rótulo, ou seja, as pessoas não são mais vistas como sujeitos de direitos, mas sim, como portadores de determinadas condições, dito de outro modo, a pessoa não é mais vista, mas sim seu rótulo, sua deficiência passam a delimitar o modo como a sociedade deseja que este sujeito viva e seja conduzido na vida social.

Referencia-se a noção de estigma discutida por Goffmann (2004), autor que nos mostra como, por exemplo, o estigma se arraiga como uma marca social que



descredibiliza ou desqualifica o indivíduo aos olhos da sociedade, implicando na produção de sua identidade. O estigma é estudado por Goffmann como um desvalorização, discriminação e uma marca da exclusão social. O estigma perpassa as potencialidades dos sujeitos e como nos casos que estudamos sobre a sexualidade, subvertem o sujeito, suas potencialidades e direitos, por marcas de desvalorização social.

Ao compreender-se que as pessoas com deficiência seriam assexuadas, tem-se como efeito o negligenciamento de cuidados contra situações como abuso e outras violências. Diante disso, os pesquisadores indicam a vulnerabilização de pessoas com deficiência no que tange a situações de violência sexual, “poder abusivo de cuidadores, falta de punição de agressores”, dentre outros (Ribeiro e Maia, 2010, p. 165).

Ao considerar a pessoa com deficiência como alguém não dotado de sexualidade, negligenciam-se os cuidados contra situações de abuso e se omitem a essas pessoas o direito de acesso a orientação/educação sexual. Isso é um grave equívoco que tem elevado os índices de violência, de gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis [...] (Ribeiro e Maia, 2010, p. 165).

Os autores citados nos mostram que os programas de orientação/educação sexual não são desenvolvidos para pessoas com deficiência por compreender-se que estas seriam assexuadas. Os pesquisadores ainda destacam que falar sobre educação sexual com estas pessoas seria um modo de lhes estimular ao sexo, criando condições de efetivas relações sexuais, gravidez, o que indica certo temor às famílias e escolas. Contudo, a falta de informação e educação acerca da temática colocaria as pessoas com deficiência em processo de vulnerabilização, ressaltando e a existência de programas de orientação/educação sexual indicam auxílio quando ao exercício da sexualidade (Ribeiro, Maia, 2010).

Ainda assim, se problematiza a infantilização das pessoas com deficiência, pois a partir deste viés, as pessoas com deficiência seriam impossibilitadas de exercerem a sexualidade, tornando-se excessivamente dependentes do discurso de incapacitação que os cerca. “O olhar para o deficiente como alguém infantil é muito comum, porque em geral, relacionam-se à dependência aspectos como a imaturidade emocional e a infantilidade [...]” (Ribeiro e Maia, 2010, p. 164).

Sendo a escola um espaço de circulação social e de desenvolvimento de distintos saberes, a sexualidade passa a ser um objeto de debate e instrução, contudo, Maia (2001) nos mostra que embora existam grupos de pesquisadores ativistas à garantia de direitos



sexuais das pessoas com deficiência, esta ainda é vislumbrada como um entrave para discussões maiores, pois, como dito anteriormente, o estigma e preconceito com relação à sexualidade das pessoas com deficiência, acaba por gerar barreiras na educação sexual destas pessoas.

Diante destas breves considerações, compartilha-se o desenvolvimento de um Projeto Institucional e Pedagógico que teve como objetivo fornecer informações acerca da sexualidade, do sexo, bem como orientações relacionadas à violência sexual para estudantes de uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, localizada no estado de Santa Catarina.

O objetivo foi possibilitar que os estudantes pudessem compartilhar suas dúvidas e curiosidades acerca da temática citada. Foram realizados grupos para discussões de temáticas escolhidas pelos estudantes. Os grupos foram realizados semanalmente durante o período de um mês, no qual foram discutidos os seguintes temas: Masturbação, utilização de métodos contraceptivos, abuso sexual, desejos sexuais, dentro outros.

Durante a realização dos grupos de debate, constituído por estudantes com idades acima de 20 anos, observou-se, que estes não possuíam conhecimentos acerca da violência sexual. O que nos faz compreender que durante seus processos educativos, não lhes foi instruído acerca da necessidade de intimidar possíveis coerções, intimidações, ameaças ou chantagens que pudessem vir à passar ao longo da vida. Destacando a vulnerabilização de seus corpos e desejos, de suas autonomias, bem como a produção da individuação de seus desejos.

Conforme delega o Ministério da Saúde (Brasil, 2010) ampliando as vulnerabilizações no que tanto a temas como estupro, incesto, assédio sexual, exploração sexual, manipulações de genitálias, dentre outros.

O fato de não se compartilhar conhecimentos sobre as violações sexuais às pessoas com deficiência, torna-se além de uma violação contra seus direitos estabelecidos na legislação brasileira de inclusão, quanto um estigma de que seus corpos seriam assexuados.

No que tange às masturbações, os temas apontaram inúmeras dúvidas dos estudantes: desde a incompreensão sobre os locais onde tal ato seria aceito (privado X público), a normalização da masturbação como um ato próprio dos desejos humanos, dentre outros.

Pieczkowski (2007) nos mostra sobre os estigmas e preconceitos que demarcam as trajetórias das pessoas com deficiência, de modo que, lhes é negado tanto no núcleo



familiar, como social e escolar os conhecimentos acerca de seu corpo e sexualidade, culminando em processos que podem lhes vulnerabilizar quanto ao exercício de seus desejos.

Os métodos contraceptivos também foram discutidos, apontando processos infantilização nos discursos dos estudantes, os quais são observados em compreensão como o desconhecimento acerca dos processos de gestação e gravidez, produzindo falas como: “*Acho que os bebês vem da barriga da mãe*”, “*Acho que é uma semente que cresce*” tal desconhecimento revela por um lado a falta de informações acerca dos tema e por outro os modos de vulnerabilizar seus corpos, pois, conforme relata Pieczkowski (2007), as pessoas com deficiências desenvolvem suas sexualidades, por assim dizer, seu corpos, genitálias, órgãos de reprodução, mas o que se percebe é a infantilização e, por assim dizer, exclusão dessas pessoas ao universo da sexualidade reprodutiva.

Por fim, trabalhou-se com questões atinentes à violência sexual, indicando como devem proteger seus corpos diante de possíveis violações, como trabalhar com seus desejos e interesses, procedimentos como busca de auxílio diante de situações desconhecidas e que lhes causem repugnância, dentre outros.

Os estudantes compartilharam experiências que indicam seu desconhecimento quanto a situações de abuso sexual, em frases como *e se a pessoa quiser algo e eu não quiser?* etc. Também se evidenciam dúvidas sobre como exercerem seus desejos e sexualidades socialmente, bem como suportes disponíveis na famílias e em instituições para possíveis dificuldades que possam enfrentar.

As experiências nos possibilitaram compreender a necessidade da educação sexual para pessoas com deficiências, pois os processos sexuais como estigma, preconceito, infantilização, patologização acabam por excluindo-as ao direito sobre seus corpos e sexualidades.

As pessoas com deficiências possuem corpos em desenvolvimento e direito por exercer, proteger e seus corpos, mas a sociedade, a família e principalmente a escola devem ampliar as discussões diante destes aspectos, pois é necessário que as pessoas com deficiência sejam reconhecidas como sujeitos dignos dos prazeres e direitos da vida social e sexual.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se da extensão dos debates científicos que envolvem as discussões acerca das discussões acerca da sexualidade e as pessoas com deficiência, dos quais neste, brevemente apresentamos o desconhecimento por parte deste grupos de estudantes à inúmeros aspectos relacionados à temática.

Os resultados nos mostraram a necessidade das famílias e escolas tratarem as pessoas com deficiência como corpos sexuados, vulnerabilizados, corpos adultos, melhor dizendo, corpos com desejos e por assim dizer, corpos que demandam processos educativos que auxiliem os sujeitos em distintos processos sociais e individuais que a sexualidade indica.

Compreende-se que a temática abordada comporta um duplo estigma, à saber, o estigma de que pessoas com deficiência não possuem sexualidade ou as desenvolvem de modo exacerbado e por outro, o estigma do silêncio por parte de escolas e famílias o que tange o desenvolvimento da sexualidade destas pessoas e estudantes.

Considera-se que outros estudos, principalmente relatos de experiências sejam compartilhados, de modo a possibilitam uma maior compreensão por parte da comunidade educacional acerca da ampliação dos debates que envolvem a sexualidade, promovendo espaços de disseminação dos conhecimentos e processos de pertencimento à sexualidade para as pessoas com deficiência.

Salienta-se que as instituições educativas acabam resistindo ao debate da sexualidade à pessoas com deficiências, pois na maioria das vezes acabam arraigando-se nos saberes sociais de estigmas e preconceitos, o que também se relaciona aos debates atuais sobre capacitismo, ou seja, há uma representação social de que as pessoas com deficiências seriam incapazes para exercerem suas sexualidades.

Há muito que se discutir sobre o lugar da pessoas com deficiências na sociedade, principalmente nas perspicácias educativas, as quais refletem como a sociedade e suas estruturas de normatização acabam regulando e excluindo as pessoas com deficiências de direitos básicos, como a sexualidade, sua proteção, conhecimento e exercício.

Espera-se ter suscitado questionamentos iniciais sobre como estamos lidando com preceitos básicos de sociabilidade e construção de identidades na educação, possibilitando que reorganizemos os modos como agimos com pessoas que possuem corpos, prazeres e desejos.



Pessoas com deficiência possuem o direito a proteger, conhecer e exercer suas sexualidades!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências:** orientação para gestores e profissionais de saúde. 1. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010. 104 p.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. Psicologia, sexualidade e deficiência: Novas perspectivas em direitos humanos. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 34, n. 4, p. 850-863, 2014.

GOFFMAN, Erving, Stigma- Notes on the Management of Spoiled Identity, Englewood Cliffs N.J, Prentice-Hall, 1963 (Trad. Bras. Mathias Lambert, Rio de Janeiro, Zahar, 2004)

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. **Revista brasileira de educação especial**, v. 16, n. 02, p. 159-176, 2010.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Educação sexual e sexualidade no discurso de uma pessoa com deficiência visual. **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**, v. 6, n. 3, p. 90-101, 2011.

MELLO, A. G.; NUERNBERG, A. H. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, 2012.

PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. Educação sexual de pessoas com deficiência mental. **Revista Educação Especial**, n. 30, 2007.

